

SUMÁRIO

PREFÁCIO	XIII
RESUMO	1
1. INTRODUÇÃO	3
2. NORMA JURÍDICA, REGRA E PRINCÍPIOS.....	7
2.1. Palavras iniciais	7
2.2. A classificação das normas (gênero) em regras e princípios (espécies)	9
2.3. Princípios e regras: distinção no processo interpretativo	20
2.4. Normas e regras no fluxo de positivação do direito: da abstração à concretude.....	23
3. CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	29
3.1. Nascimento da relação jurídica tributária	29
3.2. Desenvolvimento e extinção da relação jurídica tributária	39
4. RELAÇÃO JURÍDICA DE INDÉBITO TRIBUTÁRIO	51
4.1. Introdução	51
4.2. Restituição, reembolso, compensação	55
5. PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS.....	73
5.1. Cláusula pétrea	73
5.2. Legalidade	75
5.2.1 Palavras introdutórias.....	75
	IX

5.2.2	Noções históricas relevantes.....	78
5.2.3	Legalidade e república.....	81
5.2.3.1	Função sistemática e significado.....	81
5.2.4	Legalidade e Medida Provisória.....	87
5.3.	Segurança jurídica	89
5.4.	Irretroatividade.....	94
5.4.1	Introdução e conteúdo	94
5.4.2	Leis interpretativas	101
5.4.3	Irretroatividade da norma tributária	110
5.4.3.1	Irretroatividade das normas administra- tivas	116
5.4.3.2	Irretroatividade das normas judiciais ...	126
5.4.3.3	Compatibilização de enunciados: art. 100, parágrafo único, art. 146 e art. 103, do CTN.....	129
5.5.	Anterioridade	132
5.6.	Isonomia, livre-concorrência e capacidade contribu- tiva.....	141
6.	CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	155
6.1.	Introdução	155
6.2.	Controle preventivo e controle repressivo (judicial) ...	158
6.2.1	Controle judicial (repressivo) e suas espécies: difuso e concentrado	160
6.2.1.1	Controle difuso.....	161
6.2.1.2	Controle concentrado	166
6.2.1.3	Aproximação dos modelos	168
6.3.	Controle de constitucionalidade no Brasil	171
6.3.1	Breve histórico	171
6.3.2	A Constituição de 1988.....	174
7.	DECISÕES PROFERIDAS PELO SUPREMO TRIBU- NAL FEDERAL NO CONTROLE DIFUSO.....	183
7.1.	Introdução.....	183
7.2.	Repercussão Geral.....	185
7.3.	Resolução do Senado	189

JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIA

7.4. Súmula Vinculante	193
7.5. Positivação específica no processo administrativo fiscal	195
8. DECISÕES PROFERIDAS NO CONTROLE CONCENTRADO	199
8.1. Controle Concentrado (ADIN e ADC)	199
8.1.1. Efeitos <i>erga omnes</i> (contra todos) e vinculante	205
8.1.2. Efeitos <i>ex nunc</i> e <i>ex tunc</i>	208
8.1.3. Positivação própria do sistema tributário acerca da eficácia <i>ex nunc</i>	218
8.1.4. Precedentes do STF e critérios utilizados na modulação de efeitos, em matéria tributária	220
8.2. Ação declaratória de constitucionalidade, decisão cautelar e seus reflexos nas relações jurídicas de crédito tributário	242
8.3. Ação declaratória de constitucionalidade, decisão cautelar e seus reflexos nas relações jurídicas de indébito tributário e obrigações tributárias vincendas	249
8.4. Ação direta de inconstitucionalidade, decisão cautelar e seus reflexos nas relações jurídicas de crédito tributário	250
8.5. Ação direta de inconstitucionalidade, decisão cautelar, e seus reflexos nas relações jurídicas de indébito tributário e obrigações tributárias vincendas.....	257
8.6. Decisão definitiva do STF de constitucionalidade e seus reflexos nas relações jurídicas de crédito tributário e indébito tributário	261
8.7. Decisão definitiva do STF de inconstitucionalidade e seus reflexos nas relações jurídicas de crédito tributário e indébito tributário	278
8.8. Parecer PGFN/CRJ n. 492/2011	286
9. CONCLUSÕES	289
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	311
JURISPRUDÊNCIA.....	323